

Ruiz Ritter

**IMPARCIALIDADE NO  
PROCESSO PENAL:  
REFLEXÕES A PARTIR DA TEORIA DA  
DISSONÂNCIA COGNITIVA**

**2ª Edição**

Revista, atualizada e ampliada

**APRESENTAÇÃO:**

Aury Lopes Jr.

**PREFÁCIOS:**

Alexandre Morais da Rosa  
Ricardo Jacobsen Gloeckner



**São Paulo  
2019**



Copyright© 2019 by Ruiz Ritter

Editor Responsável: Aline Gostinski

Capa e Diagramação: Carla Botto de Barros

#### CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO:

**EDUARDO FERRER MAC-GREGOR POISOT**

*Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Investigador do Instituto de Investigações Jurídicas da UNAM - México*

**JUAREZ TAVARES**

*Catedrático de Direito Penal da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Brasil*

**LUIS LÓPEZ GUERRA**

*Magistrado do Tribunal Europeu de Direitos Humanos. Catedrático de Direito Constitucional da Universidade Carlos III de Madrid - Espanha*

**OWEN M. FISS**

*Catedrático Emérito de Teoria de Direito da Universidade de Yale - EUA*

**TOMÁS S. VIVES ANTÓN**

*Catedrático de Direito Penal da Universidade de Valência - Espanha*

R498

Ritter, Ruiz

Imparcialidade no processo penal: reflexões a partir da teoria da dissonância cognitiva / Ruiz Ritter. -- 2. ed. rev. atual e ampl. -- São Paulo : Tirant lo Blanch, 2019.

206 p. : 23 cm

ISBN: 978-85-9477-358-6

1. Processo penal. 2. Direito penal. I. Título.

CDU: 343.1

*É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais.*

*A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art.184 e §§. Lei nº 10.695, de 01/07/2003), sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº9.610/98).*

*Todos os direitos desta edição reservados à Tirant Empòrio do Direito Editorial Ltda.*



**tirant  
lo blanch**

**Todos os direitos desta edição reservados à Tirant lo Blanch.**

Avenida Nove de Julho nº 3228, sala 404, ed. First Office Flat

Bairro Jardim Paulista, São Paulo - SP

CEP: 01406-000

www.tirant.com.br - editora@tirant.com.br

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	27
-----------------	----

## CAPÍTULO 1

PROCESSO PENAL E IMPARCIALIDADE.....	31
--------------------------------------	----

1.1. SISTEMAS PROCESSUAIS PENAIS E IMPARCIALIDADE.....	31
1.1.1. Os Sistemas Processuais Penais no Tempo.....	31
1.1.2. Sistemas Acusatório, Inquisitório e Misto(?). Delimitação a Partir do Núcleo e do Princípio Informador e o Critério da Democraticidade .....	53
1.2. O PROCESSO ACUSATÓRIO COMO “ACTUM TRIUM PERSONARUM” E A IMPARCIALIDADE COMO ESSÊNCIA DA JURISDIÇÃO.....	64
1.2.1. Jurisdição e Imparcialidade Judicial: Aspectos Conceituais .....	65
1.2.2. A Imparcialidade Objetiva e Subjetiva e sua Interpretação pelo Tribunal Europeu de Direitos Humanos .....	76
1.3. EXCURSO FINAL: IMPARCIALIDADE E BUSCA DA VERDADE (REAL VS. PROCESSUAL) NO PROCESSO .....	85

## CAPÍTULO 2

IMPARCIALIDADE E O CONTRIBUTO DA TEORIA DA DISSONÂNCIA COGNITIVA.....	99
---	----

2.1. A INCANSÁVEL BUSCA POR UM ESTADO DE EQUILÍBRIO COGNITIVO E SEUS PROCESSOS (IN)VOLUNTÁRIOS: ASPECTOS INTRODUTÓRIOS .....	99
2.1.1. Mudança de Elementos Cognitivos Dissonantes, Desvalorização de Elementos Cognitivos Dissonantes e Adição de Elementos Cognitivos Consonantes com a Cognição Existente.....	105
2.1.1.1. Contato Forçado com Cognições Dissonantes e as Técnicas da Percepção Errônea, da Invalidação e do Esquecimento Seletivo .....	110
2.1.2. Evitação Ativa do Aumento de Elementos Cognitivos Dissonantes.....	111
2.2. A DISSONÂNCIA COGNITIVA PÓS-DECISÃO E O COMPROMETIMENTO COM UMA POSIÇÃO POR PRAZO INDETERMINADO. O EQUÍVOCO DA PREVENÇÃO COMO CRITÉRIO DE FIXAÇÃO DE COMPETÊNCIA .....	113
2.2.1. A Pesquisa de Gloeckner e a Vinculação da Tomada de Decisões nas Fases Pré-Processual e Processual na Sentença.....	121

<b>2.3. A DISSONÂNCIA COGNITIVA PÓS-PRIMEIRA IMPRESSÃO E OS REFLEXOS DO EFEITO PRIMAZIA. A NECESSÁRIA EXCLUSÃO FÍSICA DOS AUTOS DO INQUÉRITO POLICIAL DO PROCESSO</b> .....	<b>124</b>
2.3.1. A Pesquisa de Bernd Schünemann e o Inquérito Policial como Fixador De Primeiras Impressões e Direcionador Inflexível do Curso do Processo .....	133
<b>2.4. EXCURSO FINAL: CRÍTICAS À TEORIA DA DISSONÂNCIA COGNITIVA</b> .....	<b>141</b>

### **CAPÍTULO 3**

#### **IMPARCIALIDADE NO PROCESSO PENAL: CONDIÇÕES E POSSIBILIDADES** .....

**145**

<b>3.1. O DIAGNÓSTICO: OS OBSTÁCULOS ATUAIS PARA UMA JURISDIÇÃO PENAL IMPARCIAL À LUZ DA PSICOLOGIA SOCIAL</b> .....	<b>145</b>
3.1.1. A Prevenção como Caráter Fixador (Não Seria Excludente?) de Competência .	147
3.1.1.1. As Práticas Judiciais Relacionadas a Prevenção e suas Possíveis Influências no Resultado do Processo .....	149
3.1.1.2. Casos Julgados pelo STF Relativos à Imparcialidade e a Prevenção .....	154
3.1.2. A Figura do Juiz das Garantias e sua (im)prescindibilidade para uma Jurisdição Penal Imparcial .....	162
3.1.3. A Homologação do Acordo de Colaboração Premiada e Julgamento do Futuro Processo pelo mesmo Magistrado .....	176
3.1.4. A (Des)Necessidade de Exclusão Física dos Autos do Inquérito Policial do Processo .....	179
3.1.5. A (In)Compatibilidade da Iniciativa Probatória do Julgador com o Princípio da Imparcialidade .....	183
<b>3.2. EXCURSO FINAL: JURISDIÇÃO PENAL IMPARCIAL</b> .....	<b>190</b>

#### **CONSIDERAÇÕES FINAIS** .....

**195**

#### **REFERÊNCIAS** .....

**197**